

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

VIEIRA, Ana Cristina de Souza. Ana Cristina de Souza Vieira (depoimento, 2015). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 4min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre UNIVERSITY OF SYDNEY e AUSTRALIAN RESEARCH COUNCIL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Ana Cristina de Souza Vieira
(depoimento, 2015)**

Rio de Janeiro

2022

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): João Marcelo Ehlert Maia;

Levantamento de dados: João Marcelo Ehlert Maia;

Pesquisa e elaboração do roteiro: João Marcelo Ehlert Maia;

Técnico de gravação: João Marcelo Ehlert Maia;

Local: Recife - PE - Brasil;

Data: 09/10/2015 a 09/10/2015

Duração: 1h 4min

Arquivo digital - áudio: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Global Arenas of Knowledge”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a University of Sydney e financiado pelo Australian Research Council, entre agosto de 2013 e dezembro de 2015. O projeto visa, a partir dos depoimentos cedidos, a produção de artigos acadêmicos e paper em congressos.

Temas: AIDS(doença); Atividade acadêmica; Bolsas de estudo e de pesquisa; Carreira acadêmica; Central Única dos Trabalhadores; Formação acadêmica; Intercâmbio científico e tecnológico; Orientação educacional; Pesquisa científica e tecnológica; Políticas públicas; Universidade Federal de Pernambuco;

Sumário

Entrevista: 09 de outubro de 2015 O caminho até o tema de pesquisa: breve apresentação da trajetória acadêmica e de trabalho; experiência no sindicato e na Central Única dos Trabalhadores (CUT); a discussão sobre políticas públicas; a experiência como orientadora de estudos sobre o vírus da imunodeficiência humana (HIV), estudos em conjunto com pesquisadores da África do Sul e Moçambique; o projeto Pró-África; as políticas públicas da África do Sul contra o HIV; o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a pesquisa; a prática da pesquisa: a equipe, os espaços de pesquisa, as dificuldades, as mudanças feitas ao longo do tempo, os seminários e intercâmbios, a diferença cultural e linguística, a produção conjunta, as etapas recentes e novos projetos; a possibilidade do intercâmbio entre o Brasil e Moçambique: o financiamento, os estudantes que participaram; comentário sobre os estudos em Serviço Social feitos em Moçambique; as dificuldades da organização da moradia no intercâmbio; comentário sobre a relação entre países do sul global e o reflexo nos projetos de intercâmbio; a relação com a professora Judith Head; a experiência do pós doutorado; a possibilidade de publicações em inglês; as diferenças culturais entre Brasil e Moçambique em relação a disseminação do HIV; a relação com os orientandos e as articulações dos temas de pesquisa; trabalho acadêmico: a pressão para fazer publicações, a orientação de pesquisas e teses, as demandas institucionais e externas, a carga de trabalho; o afastamento da militância da CUT; engajamento político; a saúde no Brasil e os tratamentos contra o HIV; políticas públicas; o sistema de saúde de Pernambuco e o INIP.

Entrevista: 09/10/2015

João Marcelo (JM) – Muito obrigado por me receber professora. A primeira pergunta é como que na sua trajetória que é bem longa, bem rica, você chegou no tema do HIV, das pesquisas sobre HIV?

Ana Vieira (AV) – Veja... Eu sou assistente social de formação, fiz o mestrado aqui, o doutorado na PUC São Paulo estudando mais coisas do Serviço Social tanto no mestrado quanto no doutorado, questões específicas sobre a formação profissional, sobre a profissão em si. Depois de formada eu comecei a trabalhar na universidade e me aproximei muito da discussão das políticas públicas e nos últimos anos das políticas públicas de saúde. Me aproximei nessa discussão também por conta de uma relação com a sociedade, com o serviço social também, com as práticas profissionais, com o conselho regional de serviço social, com o sindicato que nós tínhamos do serviço social, eu fui dirigente sindical, dirigente do conselho e isso me aproximou muito dos assistentes sociais porque a grande parte dos profissionais da minha área trabalha na área de saúde, boa parte trabalham nos hospitais, nas unidades de saúde pública, então isso era uma coisa muito presente. Isso aproximou a gente dos sindicatos dos médicos, dos enfermeiros, dos farmacêuticos, eu acabei representando a Central Única dos Trabalhadores no tempo em que a Central Única tinha uma força crítica e de construção mesmo do movimento sindical.

JM – Isso era mais ou menos em que época?

AV – Isso tem tempo... Eu terminei o serviço social em 1978, eu acho que nos anos 80, quando a CUT estava sendo construída, quando nós estávamos saindo da ditadura militar, nós tínhamos uma participação na construção desse movimento sindical, uma participação mais local, mas com alguns colegas participando nacionalmente, participando dos congressos da CUT, das deliberações, a gente, por exemplo, fechou o sindicato depois num certo tempo dentro da lógica de construção do sindicato, não por profissão, mas por ramo de categoria. Então, fazia parte desse movimento. E nesse movimento a gente fazia parte das negociações com os outros sindicatos em defesa dos trabalhadores da área de saúde e isso me aproximou da discussão da política de saúde, então eu vinha estudando e discutindo isso. O SUS, a consolidação do SUS, essas discussões. Num dado momento, aqui também paralelamente a isso, a gente construiu a vida acadêmica, e na vida acadêmica fiz mestrado, doutorado e comecei também na

coordenação da pós graduação, a fazer parte, antes mesmo de terminar o doutorado eu já orientava, porque antigamente...

JM – Era outro *time*...

AV – Era outra lógica. A gente já fazia orientação e muitos dos trabalhos na área de saúde a gente acabava orientando. E nesse processo, já na década de 90, não, foi mais de 90, nos anos 2000 eu comecei a orientar uma pessoa que ela trabalhava com a discussão do feminismo, mas ela trabalhava com feminismo e a luta pelo direito das pessoas com HIV, o papel do feminismo nessa luta. E essa pessoa, ela começou a fazer mestrado conosco e fez uma passagem direta para o doutorado, era uma pessoa que já tinha uma maturidade intelectual, ela era uma pessoa do movimento social de Recife e nesse processo ela começou o mestrado, no meio foi mudando o projeto, e ficou muito mais vinculado a discussão de saúde do que do movimento e aí acabei eu ficando com a orientação dela. E ela, por força de circunstâncias da vida, decidiu que queria, porque queria, fazer um sanduiche na África do Sul.

JM – Por que na África do Sul?

AV – Isso é muito por questões pessoais dela. Ela conheceu uma pessoa nesses congressos mundiais e a pessoa era da África do Sul, e ela para se aproximar da pessoa conseguiu encontrar na África do Sul ...ela conheceu a professora Judith Head que na época coordenava um mestrado em HIV Aids na área social, ela era socióloga, não era de saúde.

JM – Em Cape Town?

AV – Em Cape Town, na Universidade de Cape Town. Ela foi conversar com a professora Judith, se entenderam, a professora aceitou supervisionar, e isso me fez entrar em contato com ela também e, na época, existia um projeto, o Cnpq estava lançando a primeira edição do Pró-África que era um apoio, um edital de apoio a pesquisas conjuntas no Brasil e África e tinham três modalidades, uma modalidade que era para essa primeira aproximação, uma modalidade para quem já tinha relacionamentos, intercâmbios consolidados e outros para começo de intercâmbio, então a gente fez o projeto em relação a HIV Aids e o que a gente discutia: a política de saúde brasileira e a política de saúde da África do Sul, quer dizer, eu já tinha o contato dessa aluna lá com a professora Judith, nós começamos a nos aproximar e vimos que o Brasil e a África do Sul estavam entre os dez mais desiguais do mundo, eram os campeões de desigualdade, tinham populações muito diferentes, quantitativamente, mas em termos da desigualdade... Mas, em termos de HIV, HIV na África do Sul é lá em cima e aqui no Brasil muito mais baixo, 0,6% e lá é 11% da população, sei lá quanto...

JM – Isso já era assim, essa diferença quando vocês começaram?

AV – Já era assim. A gente começou e queria entender porque isso, que diferenças são essas, e no caso, essa aluna, ela ainda tinha a discussão do movimento, não era a questão central, mas ela queria discutir como as políticas foram se construindo a partir da mobilização do movimento das mulheres, como as mulheres, na África do Sul, o HIV atinge muito mais as mulheres do que os homens. Ela começou a trabalhar com a professora Judith Head, ficou lá um ano fazendo o sanduiche, nesse processo nós tivemos aprovado o Pró-África que foi importantíssimo, o Pró-África permitiu que a professora Judith Head viesse a Recife conhecesse o trabalho, conhecesse unidades de saúde de Pernambuco, porque aqui tem algumas diferenças, você tem serviços públicos, aqui tem um SUS gratuito para todos, na África do Sul não é bem assim, estão construindo agora um serviço nacional de saúde, mas é muito mais na área de atenção básica que é universal, mas a maioria dos serviços as pessoas tem uma coparticipação, tem um pagamento. E também permitiu que a gente também fosse à África do Sul.

JM – Você foi também?

AV – Fui. Eu já tinha ido uma vez antes a África do Sul para um congresso, eu fui conhecer, apresentar um trabalho lá, num congresso na área de Desenvolvimento Social, que eu participo já há uns 20 anos, a gente já tinha essa ida anterior. Mas, ai fui para conhecer a universidade, a professora Judith, as unidades de saúde que trabalhavam com HIV, a gente foi curtinho, curtinho, pequenininho, fui dentro do projeto Pró-África. Esse projeto não foi renovado, a gente não conseguiu a renovação.

JM – Não?

AV – Não. Porque o projeto Pró-África ele era muito mais para área técnica e tecnológica, eu tenho a impressão que como foi a primeira vez que ele foi lançado no Brasil não tinha uma demanda muito grande e a gente entrou. Mas, depois eu tenho a impressão, ele fechou muito mais na área técnica. Como o CNPQ encaminha muito mais para a área das exatas, das tecnologias, para essa questão. Mas, ai a gente começou a concorrer na área das Ciências Humanas, Universal, tudo com essa lógica de manter o intercambio e isso permitiu que nós fizéssemos o seminário aqui, seminário lá, e acabamos também por envolver Moçambique. Porque essa aluna minha depois acabou indo morar na África do Sul, ela mora lá hoje, só que ela já tinha, pelo contato dela com o movimento feminista ela foi convidada para fazer toda uma assessoria ao movimento de mulheres de Moçambique. Então até hoje ela faz isso, ela

viaja por Moçambique, ela mora na África do Sul, mas viaja por Moçambique fazendo esse trabalho com as mulheres. A gente acabou envolvendo outra professora da Universidade Eduardo Mondlane em Maputo, professora Isabel Cassemiro, feminista, que também discute a questão de gênero, os movimentos na África, em Moçambique, e tem uma ligação pessoal da África do Sul com Moçambique porque na época do Apartheid muitos professores foram para Moçambique exilados ou se refugiaram e já tinham trabalhado no centro de estudos africanos da Mondlane que é onde a professora Isabel trabalha. E aí nós começamos a desenvolver esse projeto, primeiro que era para discutir as políticas, conhecer as políticas e tentar discutir o que nessas pesquisas tinha gerado um aumento exponencial do HIV na África do Sul e aqui não. Hoje eu tenho clareza que isso tem decisões políticas envolvidas, porque quando terminou o Apartheid, logo no início, eles tinham 300.000 pessoas com Aids e depois eles têm 5 milhões, no final da década de 90 eles terão 5 milhões de pessoas... Houve da parte, acho que no primeiro momento do fim do Apartheid, 1994, primeiro mandato de Mandela, eles se envolveram muito mais com as lutas pelas liberdades e pelos direitos mais amplos dos negros e isso deixou a questão do HIV de lado. E quando Thabo Mbeki assumiu, ele assumiu, ele, pessoalmente, numa posição de negação de que o HIV fosse o causador da AIDS, e deixava muito a cargo dos curandeiros, das práticas alimentares, e isso potencializou... Depois disso, quando o projeto foi encerrado...

JM – Esse era financiado pelo CNPQ? Tinha outro financiamento ou era basicamente CNPQ?

AV – Não, basicamente CNPQ. A gente colocava a maior parte do recurso para a viagem e a inscrição. Depois a gente fez outro projeto que pega muito mais, nós já conhecíamos a política então a gente queria saber no miúdo do dia a dia como funcionava, então a gente fez um projeto para conhecer alguns serviços, trabalhamos com grupos focais, observação, aqui, na África do Sul, e envolveu Moçambique. Esse projeto foi complexo, porque tinha um trabalho de campo, um trabalho de campo que a gente procurou conversar, foi discutido com a equipe toda, com as pessoas dos outros países, mas as condições são muito diversas.

JM – Fala um pouco sobre isso.

AV – Ahh... sobre isso... hum...

JM – Sobre a pesquisa mesmo, a prática da pesquisa.

AV – Aqui no Brasil nós tínhamos planejado selecionar alguns serviços e fazer grupos focais com usuários dos serviços, fazer grupos com homens, grupos com mulheres, separados, para discutir quais eram os problemas que eles enfrentavam no acesso ao direito à saúde nos serviços

de maneira geral. Aqui nós tínhamos uma equipe formada, essa minha relação com os colegas, com os serviços, com o real, sempre foi muito presente, então no meu grupo de pesquisa tem gente das unidades de saúde que trabalha com HIV, então tinha gente do Correa Picanço que aqui é a referencia para pessoas com HIV, tinha pessoas do Hospital Oswaldo Cruz, que é da Universidade de Pernambuco, estadual, e tinha gente do INIP, que é uma filantrópica, uma privada, privada, e que também é referencia para a saúde da mulher, da criança e que também tinha um trabalho consolidada com o HIV, unidades estaduais de referencia. Então, a gente procurou nesses serviços, como tem gente dos serviços envolvida eu não tive dificuldade nenhuma de entrar nos serviços, de conhecer, a gente selecionar algumas pessoas, figuras que já tinham há certo tempo a doença, que já tinham passado por várias situações, que conheciam os serviços de saúde e que poderiam se colocar em relação as dificuldades, aos problemas que eles vivenciaram. Então, nós fizemos isso, aqui não teve dificuldade, a gente fez os grupos que estavam planejados, eram dois grupos femininos e masculinos no Oswaldo Cruz e o Correa Picanço, e um grupo feminino no IMIP, estava previsto e tudo isso foi feito. Nos outros países isso nem estava previsto. Houve muita dificuldade. Primeira grande dificuldade foi o comitê de ética. Pra gente poder ter aprovada a pesquisa com os grupos focais, primeiro o comitê de ética daqui da universidade exigiu que fosse aprovado nos comitê de ética das unidades de saúde específicas. Aí vai pro comitê do um, pro comitê do INIP, não tinha no Correia Picanço, na véspera de eleição pra discutir... Depois disso vai pro comitê daqui da universidade, porque a coordenadora estava vinculada à universidade. Mas como era uma pesquisa internacional vai pro nacional. Isso era um ano pra conseguir fazer. Na África do Sul levou muito mais que isso. Em Moçambique nem se conseguiu isso. Acabou a gente se contentando com a autorização do diretor do hospital. Porque vai pro ministro! O ministro autorizar alguma coisa... A ideia era essa, conhecer os serviços. Então a gente trabalhou nessa direção. As dificuldades, como eu já lhe disse, as diferenças do países, os serviços muito diferentes. Aqui são serviços específicos pra pessoas com HIV. Em Moçambique isso acabou há mais de 10 anos, então as pessoas são tratadas nos hospitais gerais. E também Moçambique não tem um sistema de saúde público, universal, gratuito. Não sei se você conhece? Moçambique

JM – Não. Capetown já tive, mas Moçambique...

AV- É uma precariedade. Muitíssimo mais pobre. Tudo muito mais complexo. Democracia que a gente supõe q seja é algo, assim, aquela democracia fraca.

JM – Conta gotas.

AV – Então foi muito complexo. Lá também a equipe foi formada pelas... a pesquisa acabou sendo assumida pelo Fórum de mulheres, que é uma articulação dos vários movimentos de mulheres, das várias ONG's, feministas ou não, mas foi assumida pelo Fórum e esse grupo conseguiu fazer as pesquisas. Na África do Sul foi mais complexo, mais difícil. Acabou sendo feito como um trabalho de alunos da pós-graduação, mas foi mais difícil o acesso aos serviços. A complexidade foi maior. Mas ao mesmo tempo em que a gente ia conhecer os serviços e se deparar com certas dificuldades intensas para esses usuários, principalmente na África do Sul. A gente desde 1996 tem uma legislação que autoriza a distribuição de antirretroviral gratuito, lá na África do Sul isso é desde ... em Moçambique isso é de 2010. E lá na África do Sul acho que também é 2010. Então imagina, até a demora em você decidir uma coisa como essa faz com que quando a gente chegou a primeira vez na universidade fomos conhecer um projeto chamado caixa de memória. Quem tinha HIV ia morrer em breve, então a universidade tinha um grupo que fazia umas caixas de memória, as pessoas botavam dentro de uma caixa aquelas coisas que queriam que fossem as lembranças que elas iam deixar pros seus familiares. As caixas eram decoradas e arrumadas, porque você sabia que ia morrer em breve. Hoje isso já está mudando, de 2010 pra cá a gente já percebe uma alteração. Então veja, o mesmo tempo em que a gente foi conhecendo os serviços, foi vivendo essas mudanças. Na África do Sul foi com esse governo agora, Zuma, que foi reeleito ano passado, ele já introduziu uma nova lógica no HIV. Distribuição gratuita de antirretroviral, houve algumas mudanças, ele elaborando coisas, a elaboração do sistema nacional de saúde. Então é esse o trabalho, é essa pesquisa e essas as dificuldades. A equipe na África do Sul era mais reduzida, a professora Judith, alguns alunos, que inclusive um deles esteve aqui. Como a gente fazia o projeto, podia fazer intercâmbio com aluno de doutorado.

JM- Legal. Como foi o aluno aqui? Ficou muito tempo.

AV- Não. A gente definia alguns períodos para fazermos alguns seminários de discussão, reflexão e ele veio nesse processo. Nesse período mesmo, o aluno que veio de doutorado e a professora Judith, a gente foi fazer uma discussão no Correia Picanço, no hospital, com pessoas com pessoas com HIV, com o coordenador do estado de HIV/AIDS, profissionais do serviço, a gente chamou de vários serviços. Então, eu acho que tem sido um processo bastante rico. A gente sempre que faz alguma discussão, algum seminário, agente já fez alguns, chama o pessoal do movimento social, das ONG's que trabalham com as pessoas com HIV. Na África do Sul a gente também fez assim. A gente fez seminário aqui e fez seminário lá.

JM- Fez lá também? Teve alunos daqui indo pra lá também? Por períodos curtos.

AV- Teve. Uma aluna de doutorado. A que ficou muito tempo foi essa primeira, mas a gente teve uma doutoranda, já professora daqui, mas foi aluna de doutorado. Ela também já foi comigo pra África do Sul, a gente fez seminário lá. Dificuldades de falar uma outra língua, já que lá você fala inglês. A professora que a gente teve contato lá ela fala português. A Judith Head. Ela morou em Moçambique na época do apartheid. Ela ficou um tempo exilada lá com Ruth First, que era uma das ativistas lá. E ela fala. Com muita dificuldade, ela já me disse: eu não aguento mais falar português, não consigo mais pensar. (risadas). Mas funcionou. Deu certo.

JM- Vocês escreviam coisas juntas? Artigos assim? Tinha essa ideia?

AV- A gente tem um livro escrito – esse a gente distribuiu tudo, eu tenho um exemplar – que tem artigos da gente, separados, cada um escreveu e tem alguma coisa junto também. A gente está fechando um outro livro agora, que já era pra ter saído esse ano, mas ainda está emperrado. E universidade agora, quer dizer agora não, já está em greve há uns 4 meses os funcionários, da editora uma parte trabalhando outra parte não, aí isso tudo só vai sair no ano que vem. Aí tem artigos que a gente escreve em conjunto. Um dos artigos discutindo um pouco os três países, está saindo um no meu nome, da professora Solange, que é essa aluna que se titulou, e da professora Isabel Casimiro. E eu no momento tenho um aluno em intercambio, um doutorando também, que está discutindo as políticas de saúde, aqui e lá. Ele discute e estuda descentralização e ele foi discutir a descentralização aqui no Brasil e na África do Sul. Não especificamente HIV, mas discutindo a política de saúde. O sistema nacional de saúde lá, que está sendo elaborado, o SUS aqui, então ele está lá nesse momento, até o final do semestre, na Universidade de Cape Town. Na minha avaliação foi um trabalho assim, não foi um acaso porque já tinha história anterior de discussão da política de saúde e a pessoa chegou por isso. A discussão em si do HIV foi uma discussão pelo interesse da aluna e acabou me envolvendo e envolveu o pessoa do serviço aqui também. Acho que foi extremamente produtivo. É extremamente produtivo.

JM- Porque ainda está rolando. O livro também tem em inglês também? Ou vocês editaram aqui

AV- Não, o livro é em português. A nossa intenção inicial era essa fazer em português e inglês. Mas, depois só saiu em Português. Nós estamos, agora, fazendo outro, já tem vários artigos, o outro é pegando a discussão dos serviços. Depois disso, nós já fizemos outro projeto aprovado pela FACEPE, a fundação de apoio estadual da pesquisa. E isso já foi a parte do contato com as assistentes sociais que estão nos serviços, a preocupação era, uma das coisas que nós identificamos é uma sobrecarga, muita gente usando os serviços de HIV aqui em Recife, são três meses para marcar uma consulta, muito sobrecarregado, no momento em que estava havendo crescimento dos serviços especializados para HIV que fazem o controle das pessoas com HIV, distribuição de medicação, estavam sendo abertos vários serviços no interior, a gente, as assistentes sociais queriam entender melhor isso, como está crescendo tanta demanda aqui, estão crescendo os serviços no interior, nós fizemos o projeto e fizemos algumas viagens, para Serra Talhada, Salgueiro, para o interior mesmo, Petrolina, Caruaru...

JM – Isso recente, agora essa pesquisa?

AV – Ano passado. Até o ano passado, até esse ano, eu fechei o relatório em meados desse ano, Março terminou o projeto, ainda nem consegui prestar contas por um problema bancário, o cartão foi clonado...

JM – O cartão de pesquisa do Cnpq? Aquele?

AV - Da FACEPE.

JM – Eles também usam isso...

AV – Foi clonado e isso ainda está pendurado no Banco do Brasil... Eu não aguento mais olhar para a cara do gerente do Banco do Brasil, que é um inferno. Mas, a gente terminou a pesquisa e para conhecer esses serviços, ver como eles funcionavam, quais eram as dificuldades que tinham, como eles estavam articulados com a sociedade também na região, então a gente está terminando. No momento, eu só estou com um projeto... Eu faço muita coisa ao mesmo tempo. Nesse tempo todo, foi um projeto encadeando no outro. E há três anos atrás a CAPES lançou um edital, que era o CAPES-ULP, com a associação de universidades de língua portuguesa, a

ULP, era para desenvolver projetos de pesquisa com países africanos de língua portuguesa. A reitoria sabia do trabalho que a gente já fazia na África do Sul com HIV e tudo, eles mobilizaram a gente para mandar alguma coisa, que a proposta era da universidade.

JM – Entendi, institucional.

AV – Institucional. Nós encaminhamos o projeto, como era de língua portuguesa eu só pude fazer com Moçambique, então é Moçambique e Recife.

JM – Com a professora Izabel?

AV – Com a professora Izabel Casseiro. Nós fizemos o projeto, ele foi um dos projetos aprovados e esse projeto... O que o CNPQ, a partir dos dois últimos anos, já colocava no edital no Universal, dos Ciências Sociais Aplicadas que não podiam haver passagens internacionais, não podia haver intercâmbios, que isso deveria ser através dos editais específicos para isso. Então, a gente cortou a possibilidade que a gente tinha com essas viagens, esses intercâmbios, os alunos irem ou virem a partir dos projetos do CNPQ. Mas, a CAPES abriu esse e ele tem mobilidade internacional, quando começou, não sei como está agora, a gente podia mandar três alunos de graduação e um aluno de doutorado para lá para ficar quatro meses. E de lá para cá seriam dois alunos de graduação, um de mestrado e um de doutorado. Um professor daqui para lá e um de lá para cá para ficar quatro meses, para ficar quatro meses. E tinha as viagens de trabalho, que era do coordenador, eu optei por fazer assim: tinham vários professores, eu fui uma única vez, era para eu ir duas vezes por ano, e os outros colegas foram também. E professores estavam orientando os alunos que estavam e que tinham participação na discussão, então nesse processo a professora Izabel ficou quatro meses aqui, professor Marco Mondaini que é a da área de História, mas é do meu departamento de Serviço Social, ficou quatro meses em Moçambique. Tem algumas dificuldades com a universidade de Mondlane, eles não tem muitos cursos de pós-graduação, nós perdemos uma bolsa no começo porque nós não tínhamos alunos de mestrado, doutorado. Lá tem um doutorado, um ou dois mestrados, nós conseguimos um mestrado em Educação, veio uma aluna, e depois não conseguiu outro de doutorado, até que a CAPES aceitou mudar para só aluno de graduação. Então, os últimos que vieram, vieram

quatro alunos de graduação, nós já tivemos oito alunos de lá aqui, e oito alunos nossos já foram.

JM – E eles ficam aqui, fazendo cursos no Serviço Social?

AV – Eles fazem curso conosco. Lá eles tem um curso de Serviço Social, lá em Mondlane é novo, não tem aluno titulado, eu nem sabia... Nem a professora Izabel quando começamos a trabalhar ela não sabia. Depois que nós fomos conhecemos mais as coisas e fomos vendo. Então, os alunos que vieram de lá são todos das Ciências Políticas, que são alunos que ela trabalha em sala de aula. Daqui para lá foram alunos de Serviço Social, mas quando nós fizemos o projeto envolveu Comunicação e Psicologia, então foram alunos de Comunicação e de Psicologia, foram dois doutorandos, foi uma doutoranda de Psicologia e um de Serviço Social. E foram alunos da graduação desses três cursos, foi uma menina da Comunicação, uma da Psicologia, e os outros foram do Serviço Social. Nós tivemos muita dificuldade de trazer, depois, um professor de lá para cá. Acho que também o professor que veio, nós fizemos articulações inclusive indo lá com o Serviço Social, o curso, e quem veio foi o coordenador do curso de Serviço Social. Só que ele não podia ficar, ele era coordenador do curso, ele só pode ficar um mês, ele mesmo é sociólogo. Eles não tem muita gente de Serviço Social lá.

JM – Não está tão institucionalizado o campo, né?

AV – Não. Vai formar agora a primeira turma. Ele veio esse ano, o professor Baltazar Samuel, veio esse ano. Isso completou dois anos em Junho. Desde o início do ano, eles já haviam avisado que quem quisesse poderia pedir renovação. Nós fizemos uma ampla discussão no grupo e com o pessoal de Moçambique e acabamos decidindo renovar. É uma das coisas que dá mais trabalho, de tudo que já fiz, é uma das coisas que dá mais trabalho.

JM – Gerenciar esse convênio?

AV – É. Consegui negociar, fazer com as pessoas, principalmente, fazer que seja Serviço Social as pessoas de lá, está começando agora e o pessoal não tem muita noção do que é, é muito complexo, a universidade de lá toda a relação deles, por incrível que pareça, é com Portugal.

O pessoal vai fazer pós-graduação em Portugal, os brasileiros... é uma coisa muito complicada. Mas, a gente... dá muito trabalho. Os alunos dão um susto na gente, chega lá tudo é muito caro, para a gente alugar um apartamento para botar esses alunos, para fazer qualquer coisa, tudo é caríssimo, difícil.

JM – Você chega a ter esse nível de gerenciamento? Estão alugando apartamento? Chegaram?

AV – Sim. Porque, a primeira vez foi o professor Mondaini e ele já alugou um apartamento pensando em 1 ano, pensando no tempo que ele ia e no grupo de alunos, então isso tem que ser muito coordenado para dar certo. Então, entra em greve aqui, os períodos ficam loucos, você tira um aluno daqui no meio, por causa da greve, no meio do período dele aqui, mas lá se ele não chegar naquele período ele perde as aulas. Você veja, é uma logística complicada. Trazer os alunos para cá, nós não temos aqui a estrutura de residência universitária que consiga comportar, então nós vamos atrás de lugar para o pessoal ficar. E procuramos resolver essas coisas, então isso tudo dá muito trabalho, é muito complexo. Nós trouxemos uma aluna, no dia que ela chegou essa menina passava mal, passava mal, passava mal e nós não entediamos, meu deus do céu. Depois nós descobrimos que a menina veio grávida, imagina a complexidade de lidar com um projeto desse tipo, é muito difícil. Mas a gente acabou concordando com a renovação e a CAPES aprovou a renovação. Só que aprovou no meio desse ano que está esse caos. Então nesse Sábado eu recebi uma cartinha da CAPES que eles tinham aprovado e que, em breve, eles diriam a dotação orçamentária e as coisas toda. Mas, até agora nada. E nem vão dizer nada esse ano. Também agora só o ano que vem porque eu não vou mandar nenhum aluno no final do ano. Então, nós estamos aguardando isso para dar continuidade, para o ano que vem, como é do meio do ano o projeto, então esse ano metade do ano já foi perdido, o terceiro ano do projeto, meio ano já está perdido. Nós vamos trabalhar no ano que vem para todo mundo ir logo e voltar logo [risos]. Até porque, por exemplo, quando a gente recebeu o dinheiro, você recebe em real, é tudo em dólar, mas você recebe em real, e você vai comprando as passagens, só que eu comprava passagens de R\$3000 e pouco e a última que eu comprei já foi R\$5200 por causa do dólar, e aí? Nós não conseguimos completar todas as viagens porque o dinheiro não foi suficiente para comprar as passagens por causa do dólar e tudo mais.

JM – Já tem muita experiência com esse intercâmbio com África do Sul e Moçambique, isso te fez pensar um pouco em como é cooperar com países que não são Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, França, isso te impactou em alguma maneira na sua produção? Você vê até nos Ciências sem Fronteiras a maioria dos alunos dessas áreas vão para universidades do Hemisfério Norte.

AV – De certa forma, nós nos aproximamos dessa discussão que o governo brasileiro vinha fazendo, de fazer a relação com os países do Sul, essa relação Sul-Sul, tem outro projeto que nós mandamos para o CNPQ, que nós estamos fechando em breve, que é sobre os BRICS pegando a discussão dos BRICS na área de saúde, pegando os BRICS que impacto isso vai ter. Quando a gente começou nós tínhamos uma visão um pouco idílica dessa relação Sul-Sul, hoje está bem claro que o papel que o Brasil tem. De certa forma, chegar e querer se apropriar de algumas condições, a gente vê em Moçambique o que a Vale Brasileira está fazendo lá, entram numa área que tem minério e as pessoas acabam sendo expulsas da área, expulsas é um exagero, mas a negociação da retirada, do deslocamento de populações, o prejuízo dessas populações, e nós temos uma visão mais crítica dessa relação Sul-Sul, eu acho importantíssimo isso. Nós sempre temos a ideia que só vamos aprender se fomos para a Europa e Estados Unidos. Essa é a mentalidade que ainda, de certa forma, impera na CAPES e CNPQ e isso você tem que produzir e publicar nesses países, do primeiro mundo, mas eu acho que para gente tem sido um aprendizado incrível, para os alunos, para a gente, abriu o olhar para outras coisas, para rever o papel do Brasil, rever o papel das políticas públicas, eu, hoje, não tenho a menor dúvida, por exemplo, se nós não tivéssemos o SUS no Brasil, se o Estado não tivesse tomado decisões por força das mobilizações da sociedade, porque o Estado não deu nada ele simplesmente respondeu a uma mobilização social das pessoas que estavam articuladas em defesa dos direitos do pessoal com HIV e Aids e se não houvesse isso nós teríamos uma epidemia nos mesmos níveis que nós vemos nos países africanos. Porque não tem ONG que dê conta de responder. Veja a população desses dois países é muito menor, a África do Sul é $\frac{1}{4}$ da nossa e de Moçambique é $\frac{1}{8}$. Então, você começa perceber a importância no momento em que se discute da redução das políticas, da necessidade do Estado não estar presente, porque isso faz crescer o déficit, nós vemos a importância do Estado num momento desse. Então, eu acho que foi muito, todo mundo que participa da pesquisa tem achado da maior riqueza, da maior importância.

JM – Para falar ainda um pouco desse projeto. A professora da África do Sul, a Judith chegou a publicar artigos dela em inglês, ela chamou vocês para escrever junto? Foi mais esse livro?

AV – Eu acredito que não. Eu não tenho pleno domínio disso. Mas, a professora já é uma pessoa mais velha e que está... por exemplo, eu fui fazer um estagio sênior, final de 2013, Novembro de 2013 a Março de 2014, no meio desse período, eu fui com tudo negociado com ela, tudo discutido com ela, nesse período, antes do término, ela se afastou da universidade, ela se afastou, ela estava num processo muito difícil, muito cansada, e ela saiu mesmo. Atualmente, ela está desligada da universidade. A universidade lá não é como aqui, que você é um professor com dedicação exclusiva, é outro esquema, outro ritmo. Eles também fecharam o mestrado em HIV Aids, então ela se desligou e disse que não queria saber mais disso. Eu fiquei me sentindo meio órfã...

JM – Porque você estava lá nesse período que ela já não estava... E você ficou meio sozinha lá, solta?

AV – O que é um pós-doutorado, na verdade? É você poder se dedicar a estudar alguma coisa, entrar em contato com professores do outro país. Aqui você fica sobrecarregado de serviço, enlouquecido. Então, você não tem... estou com trabalho de aluno para corrigir, dei aula até 12H e tanto, então é uma loucura. Então, eu entendi mais desse jeito. De qualquer maneira, várias discussões, várias atividades aconteceram na universidade que eu estava participando. Fui para algumas reuniões do departamento de Sociologia, e nós começamos a perceber que os problemas dos nossos alunos, dificuldades de achar o objeto, de delimitar os procedimentos...

JM – Eles tem também?

AV – Também. E lá é uma universidade mais antiga que a Federal de Pernambuco, está entre as 100 melhores do mundo, e nós tivemos contato com professores excelentes. Mas a gente vê também, por exemplo, quando eu cheguei lá eu fiquei louca para entender melhor a realidade do país, eu já tinha lido algumas coisas, mas eu jamais vou conhecer a realidade da África do Sul como um sul africano, que está lá dentro, passou a vida dele estudando, me dei conta disso

lá pelo meio do período e comecei a rever o que eu também tinha pensado em trabalhar, eu fiquei estudando, lendo e conhecendo mas, acabou aquela ânsia de pensar igual ou conhecer tanto quanto eles porque era impossível. Mas, foi extremamente rico. Mas da relação com ela isso foi como eu disse, eu me senti meio órfã. É uma pessoa muito querida, uma pessoa que se abriu para receber a gente. De certa forma, o contato que já foi feito permitiu que, por exemplo, esse meu aluno fosse para lá esse ano mesmo ela já não estando na universidade. E permitiu também que Solange, essa ex doutoranda, ela está como pesquisadora visitante na universidade de Cape Town, ela está como pesquisadora visitante lá e fica como um contato para a gente. Os intercâmbios são ricos, geram algumas..., mas publicações em inglês lá eu creio que não. Nós pensamos em fazer o livro em inglês também, mas tudo tem um custo e os recursos que nós temos são X, e aí você se acaba se limitando ao que você...

JM – E o financiamento era brasileiro, em real...

AV – Em real. E nós não fizemos. Esse que vai sair agora, vai sair também, é do trabalho dos três... Mas, vai sair em Português. A gente apresenta o trabalho, já fui apresentar resultados desses trabalhos em congressos internacionais, nesses congressos que eu frequento a cada dois anos sobre desenvolvimento social, em congressos específicos de serviço social e em congressos aqui no Brasil também.

JM – E foi bem resolvido lá fora esse trabalho? Teve uma interação boa?

AV – Sim, com certeza. As pessoas estranham... Porque a gente, hoje, não conhece tudo o que se passa no mundo, nem o que se passa com o HIV nesses países. Quando você chega e diz algumas coisas as pessoas estranham, as pessoas procuram muito mais explicações. Nesse congresso de desenvolvimento social as pessoas indagaram muito se não teria a ver com hábitos culturais. Com certeza tem a ver com hábitos culturais e culturalmente a África do Sul tem profundas diferenças em relação ao Brasil. A situação da mulher é mais difícil do que a mulher no Brasil, apesar de lá, por exemplo, ter uma constituição que permite casamento gay, homossexual, mas eles matam mulheres lésbicas e tem uma série de coisas que são incompreensíveis. Aqui tem também, né? Mas, não é institucionalizado como lá e como em Moçambique. E fora as práticas, né? Nesse período, em Moçambique, por exemplo, tem uma

cultura de que quando o marido morre a mulher tem que ser purificada sexualmente por um familiar desse marido. Foram feitos alguns estudos e se constatou que isso era uma fonte de disseminação de HIV e toda uma negociação com os curandeiros, com os feiticeiros, as coisas para poder mudar isso. Até que tem uma norma que se eles indicarem isso eles podem ser culpados criminalmente. E tem que ter alguma coisa para colocar no lugar porque a viúva fica impura, então tem hábitos culturais que você não vê no Brasil. O casamento lá é muito arranjado pela família, tem o dote, tem o [...], você começa a aprender um monte de coisa que você nunca tinha ouvido falar na vida. No grupo que eu me coloquei no congresso internacional, a ideia era que isso tinha muito mais a ver com os hábitos culturais. E na África do Sul uma discussão que se faz é que, por exemplo, a disseminação do HIV tem muito a ver com a sexualidade do africano, do homem e da mulher africanos, do negro, da sexualidade exacerbada, e não tem nada a ver...

JM – É mesmo? Isso corre forte ainda?

AV – Ainda tem pessoas que pensam assim. E isso não é. Se você não tem um serviço de saúde que não se preocupa com isso, não ter medidas como a distribuição de antirretroviral. Agora mesmo, esse ano em Vancouver no congresso, se tomou por deliberação que o antirretroviral tem que ser distribuído assim que você identifica que a pessoa tem HIV. Aqui no Brasil era quando a pessoa tinha uma carga viral num certo nível. Na África do Sul, quando nós chegamos, era assim a carga viral tinha que ser em tal ponto que a pessoa estava praticamente morta quando se autorizava a utilização de antirretroviral. Então, isso foi mudando. Hoje está diferente. Mas, a tendência agora é descobriu o HIV, toma o antirretroviral. Mas como você vai fazer isso para 5 milhões de pessoas? É muito difícil. Tem que ter um esquema logístico para se reconhecer isso, distribuir os medicamentos, tem que ter dinheiro porque tem toda uma indústria de medicamentos que cobra por isso, é muito complexo.

JM – Vamos falar um pouquinho do seu trabalho aqui. Você tem muitos orientandos ou já teve recentemente. Como é a sua relação de orientação? Você procura encaixá-los dentro de um projeto coletivo ou os deixa livres para fazer o que eles querem?

AV – Veja, aqui no Serviço Social, não só aqui, mas acho que no Brasil como um todo não tem essa coisa de encaixar no seu projeto coletivo. Se ocorre, por exemplo, com Solange a gente trabalhava e acabou sendo uma coisa só. Se eu disser para um aluno “você vai fazer isso”, ele não vai gostar da ideia, eles tem projetos também, interesses de pesquisa próprios, e eles se aproximam, claro que tem a ver com o que você estuda, mas não necessariamente ele vai participar do meu projeto. Por exemplo, nesse trabalho, nesse intercambio com Moçambique o aluno de doutorado que foi de serviço social, ele não trabalha com HIV, ele nem é meu orientando, ele é orientando do professor Mondaini, ele trabalha com a discussão do movimento gay, dos homossexuais, da articulação do movimento e teve muito interesse de ir para a África do Sul e acabou, claro, estudando alguma relacionada a HIV também, principalmente, no que ele fez lá. Ele foi procurar as associações de homossexuais, na verdade, tem uma grande associação [...] e foi procurar conhecer como é, mas como ele disse a democracia lá é uma democracia frágil. Então, ele teve muita dificuldade de conseguir documentação, em conversar, porque não é uma coisa, apesar de ser livre, de ser permitido, possível, mas não é uma coisa tranquila. Então, os alunos se aproximam assim, num projeto desse tipo, que aí todos os alunos que foram conheceram algum aspecto relacionado a essa luta pelo direito a saúde, relacionado às pessoas com HIV. Mas, mesmo na pós-graduação nós não temos essa... Por exemplo, aqui na universidade nós temos cursos em que o professor abre tantas vagas para ele orientar, o aluno vai trabalhar no projeto dele. A gente não trabalha nessa lógica. Isso gera uma dificuldade outra. Por exemplo, publicações, nós vemos professores aqui no meu centro mesmo, que tem 20, 30 publicações por ano! Me explica, como [...] você consegue fazer 20 publicações por ano. Ele não faz as 20 publicações porque é humanamente impossível, mas um aluno faz, outro professor faz, o aluno entra, o professor entra, então nós não temos essa lógica implantada no nosso curso. Nem no Serviço Social brasileiro de uma maneira geral não é a lógica que impera.

JM – E essas pressões todas, do Cnpq, da própria CAPES de avaliação da pós-graduação, de publicações, isso tá batendo em vocês, isso está afetando o trabalho?

AV – Com certeza, com certeza porque a gente não tem essa lógica ainda, mas em algumas áreas isso já está entrando, algumas universidades isso já está entrando, a gente é pressionado dentro da CAPES para ter um padrão X. Se bem que, veja, a CAPES você conhece bem como

funciona, cada área tem autonomia para definir certos padrões e o padrão da minha área não é o padrão da Física, da Química, da Administração, o nosso padrão é de 4 trabalhos qualificados em revistas ou em livros nos melhores níveis de qualificação no triênio, agora mudou para quadriênio não sei como ficou. Mas, veja não é uma produção exagerada. É uma produção viável, você fazer um trabalho e colocar numa revista A, no ano, um trabalho 1/3, é bastante razoável, isso é considerado muito bom na área, por esse padrão. Você não sai botando o seu nome... Outro dia me chamaram para ser suplente numa banca de mestrado, eu agradei, ficou tudo bem, recebi o trabalho. Um tempo depois, a aluna me telefona e diz que ela estava apresentando, botando um trabalho em uma revista e que ela estava colocando o meu nome, eu disse “Como é, botar o meu nome, por que?” ela disse “Professora, vou colocar o nome de todo mundo que estava na banca”. Eu disse para ela não colocar, eu agradeço... Não sabia nem o que a menina tinha, eu era suplente, nem li o trabalho, como eu vou ser coautora do trabalho? Mas é a prática de todos os professores daquele programa, entendeu e ai? Eu estou fora, não sei nem o que ela escreveu, sei lá o que é. Depois, fulano plagiou e eu entrei de gaiato no navio, e nem sei que navio era esse. Como a gente na CAPES tem a área que define os parâmetros, então a gente, de certa forma, está trabalhando dentro desses parâmetros. É uma pressão? É. Querendo ou não. Eu acho que a gente trabalha demais, eu sou obrigada a dar duas disciplinas uma na graduação e uma na pós, ou duas na graduação. Isso exige de você. Eu tenho hoje 50 e poucos alunos numa turma, eu tenho 22 projetos que eu tenho que orientar, eu tenho que orientar o projeto de monografia do curso, isso porque a turma é dividida com uma colega, são 40 e tantos projetos...

JM – Você orienta 20 e poucos...

AV – Eu oriento a construção do projeto de monografia. Ontem eu sai daqui eram 7 horas da noite. Você tem que se preparar para isso, você tem que ter livros, tem que ler, você orienta vários alunos, eu nem sei quantos estou orientando no momento, de cor... Nós estamos dentro do parâmetro da CAPES que é até 8. Nesse ano, eu já orientei no limite porque uma colega se afastou, e nós tivemos que redefinir, ela está muito doente e não vai retornar, e nós tivemos que dividir o trabalho do outro. Eu já orientei uma monografia, TCC de conclusão de curso no primeiro semestre, estou orientando mais dois agora, você tem os projetos, todos os meus relatórios eram desse ano, o ULP, o da FACEPE, o do CNPQ de produtividade eu tenho que

entregar até o final de Fevereiro, ainda tenho o outro das Ciências Sociais Aplicadas. Prestação de contas...

JM – E o trabalho institucional, né?

AV – Exatamente. Eu era coordenadora do curso até Janeiro. Em Janeiro, eu já estava há cinco anos na coordenação, dois mandatos de dois anos e um período de pro tempore entre os dois porque teve uma greve e ninguém iria fazer eleição na greve e foi ficando, ficando... Você participa, hoje estou aqui com a entrevista, ontem fui para uma discussão que eu trouxe também. Nós fizemos um projeto com o Cnpq e nós trouxemos uma pesquisadora da França, fizemos um debate, e lá fui eu participar para ouvir, discutir, ela está indo embora ano que vem, alias no mês que vem. Ela já está há quatro anos conosco. Então, você tem essas atividades, muitas atividades, tem algumas reuniões, alguns comitês que a gente faz parte ai tem reuniões, mil coisas...

JM – Dá tempo de ler, professora?

AV – Às vezes... Eu tenho que ler, né? Como eu vou dar aula sem ler. Pelo menos com o que estou trabalhando naquele momento, eu tenho que estar lendo. Tenho que estar lendo! Essa semana estava terminando de escrever o texto, já tinha escrito, mandei para os colegas, para os outros autores, daí eles mandaram com não sei outras coisas, agora eu tenho que refazer. Então, você tem tempo de ler, mas você não tem esse tempo todo não, né? Eu acho que a sobrecarga é um cansando, você lê de noite, você lê Sábado, lê no Domingo. Eu tenho uma netinha com 12 anos. Ela estava outro dia com uma colega, num Domingo, lá em casa, elas estavam brincando e eu na mesa trabalhando, e elas perto brincando. A colega disse assim “O que sua avó está fazendo?”, eu só ouvindo, ela disse assim “Não liga não, ela está trabalhando, é normal” Não é normal você trabalhar no final de semana, né?

JM – Não.

AV – Mas, para ela é normal, ela sempre me viu assim, então é normal a minha avó trabalhar no Domingo. E é assim que nós vamos conseguindo fazer as coisas.

JM – Nos anos 80, você tinha esse engajamento forte na CUT, no associativismo, isso ainda é forte para você?

AV – Hoje não, hoje não.

JM – Por que?

AV – Porque...

JM – Fora por tudo isso que você acabou de falar que eu imagino que tire tempo, tire energia.

AV – Eu acho que o foco da sua vida via mudando. Eu tive um forte envolvimento, depois que nós fechamos o sindicato, eu já tinha participado do conselho, já tinha participado do sindicato, fechamos o sindicato nacional, já fazia parte da direção nacional, fechamos nacionalmente, fechamos nos estados, fechamos aqui. Isso me trouxe mais para dentro... Ai vai fazer o doutorado, você se afasta para fazer o doutorado, eu fui fazer o doutorado em São Paulo. Isso ai vai mudando a sua vida, o foco vai mudando, é onde você volta, termina o doutorado, volta e lhe botam numa coordenação, eu fiquei sei lá quantos anos, quase uns 10 anos na coordenação da pós-graduação, você vai tendo menos tempo ainda, ai você não tem tempo para nada. Além de ter que estudar, dar aula, fazer pesquisa, você ainda tem todo um trabalho administrativo com as condições que a universidade tem. Mas, aqui nós temos uma precária, um precário aparato de apoio, você faz o trabalho administrativo também.

JM – Ao longo do tempo, pelo o que você me falou dos projetos, essa coisa que você me falou dessa coisa de engajar os trabalhadores do SUS nos projetos não deixa de ser uma marca dessa sua experiência política, né?

AV – Com certeza.

JM – Tem pessoas que não trabalham assim.

AV – Algumas dessas pessoas eram alunas do mestrado, do doutorado que estão no serviço. Você consegue fazer essa articulação. Eu acho que é riquíssimo, porque você está com um pé na realidade não está aqui dentro. Eu vejo outros colegas, em outros departamentos, o pessoal faz, outro dia eu li um trabalho não era de Pernambuco era de outra pessoa da área de Economia, a pessoa discutia a questão da pobreza, da realidade das pessoas no Brasil, somente a partir de dados do IBGE, do censo de não sei o que, fulano, provavelmente, nunca botou o pé do outro lado da rua, é tudo do gabinete, chegou a umas conclusões, como ele conseguiu chegar a uma conclusão dessas, tão fora da realidade? Dentro dos números, mas tão distante dessa realidade... Eu não estou dizendo isso porque a tradição que nós temos do Serviço Social, a história que nós temos é muito de fazer trabalho de campo, eu nunca fiz um trabalho que você fica só aqui, sentado, olhando números e chega as conclusões. Você vai ouvir as pessoas, vai ver os serviços, vai atrás da realidade para ver como as coisas estão.

JM – Uma última pergunta, professora. De uma forma geral, depois de todo esse tempo trabalhando, estudando, como você vê pesquisas sobre esse tema de saúde, de HIV, digamos assim, no teu campo, na tua área geral no Brasil? Como você vê o estado da arte hoje? O que você acha? Centros importantes, enfim avançamos?

AV- Veja, a gente tem uma discussão bastante consolidada no serviço social sobre a política de saúde brasileira. Excelentes reflexões sobre as dificuldades do SUS, os desafios do SUS. A gente tem pessoas engajadas politicamente por conta dessa história toda, do Fórum Nacional de Saúde, do Fórum Estadual de Saúde, colegas que participam inclusive do projeto conosco, que escrevem, tem publicação, mas estão envolvidos com movimento. Eu acho que a gente tem - não só HIV, HIV eu acho que tem pouco gente na minha área específica que está estudando alguma coisa – (pessoas) que estão estudando várias coisas de saúde. Eu acho que a gente tem uma produção bastante interessante, consolidada, sobre políticas públicas, sobre financiamento de políticas, uma produção muito crítica, e sobre o direito à saúde, a negação desse direito, que agora mesmo está vivendo um momento incrível. Muda um ministro, coloca-se um ministro de saúde que não tem uma vinculação com o SUS. Até que o que tem agora, o novo que entrou, é melhor que o que estavam prevendo, que seria o ministro que era daqui da Paraíba, que era

uma pessoa defensora da privatização mesmo. Eu não sei o que você pensa disso, nós somos contra! (risadas)

JM: Eu também! (risadas)

AV- Nós somos contra! Então a gente, eu acho que no Serviço Social a gente vem com uma boa produção sobre políticas públicas, financiamento e sobre direitos, eu acho que a gente tem construído, numa conexão muito forte com os movimentos da sociedade. Uma dessas professoras, a que eu disse que fazia doutorado aqui conosco, que foi pra África do Sul fazer palestra também, participar do seminário lá, a tese dela foi terminada em 2010, ela foi antes disso pra lá. A tese dela, no ano de 2010, foi a melhor tese do Brasil no Serviço Social e a discussão dela foi sobre saúde, política de saúde, certo? E semana passada ela estava fazendo discussão com o Conselho Estadual de Saúde sobre o que está se passando em Pernambuco. Em Pernambuco, não sei se você conhece muito, o Eduardo Campos, e o atual governador manteve, criou alguns hospitais público novos, os três novos hospitais que a gente tem no estado, e colocou nas mãos do INIP, que é uma instituição privada filantrópica, e colocou o diretor do INIP, que cedeu o lugar a um familiar, como Secretário de Saúde Estadual. E aí ele criou uma série de Upas e serviços de saúde que também estão sob controle ou do INIP ou de algumas outras fundações privadas.

JM – Que aí contratam sob o sistema de cooperativa, médicos, etc?

AV- Exatamente.

JM- Conheço o modelo.

AV- Atualmente, aqui, os jornais estampam que o INIP está falindo, porque não tem dinheiro, porque o governo do estado, a fonte secou um pouco. Aí já conseguem pagar, já demitiram plantonista, não tem mais ortopedista à noite, não tem mais não sei o que, já demitiram todos os assistentes sociais plantonistas noturnos. Saíram, então, demitindo uma porção de profissionais e os serviços sob a ameaça de fechamento. Ameaça do gestor privado, pra ameaçar o governo que não está pagando. Então, a situação aqui em Pernambuco é bastante complicada. E aí semana passada estavam discutindo aqui. Então eu acho que tem uma produção importante e, na minha leitura, bastante crítica e rica em relação a situação do direito a saúde no Brasil.

JM- Está bom. Muito obrigado professora pelo seu tempo.

AV- De nada.

[FIM DO DEPOIMENTO]